

A **AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA** interpor recurso administrativo, anexado no evento #2, contra ato da Comissão de Licitação que a inabilitou do certame Pregão Eletrônico n. 05/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviços de criação de conteúdo digital, conforme edital anexado no evento #2.

Alega a empresa que foi inabilitada por suposta ausência de apresentação de comprovante de registro profissional de profissionais publicitário e jornalista para execução dos serviços; e, por ausência em sindicato representativo nos termos do item 9.15.1.3 do edital.

Dispõe o Edital do Pregão Eletrônico 05/2025:

**9.15.1.3.** A licitante deverá comprovar, mediante documentação idônea, que dispõe dos seguintes profissionais para a execução dos serviços:

- 01 (um) publicitário com registro profissional ativo;
- 01 (um) jornalista com registro profissional ativo.

**9.15.1.3.1.** A comprovação do vínculo poderá ser feita por meio de CTPS, contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços, cláusula contratual em contrato social ou declaração de contratação futura com anuência dos profissionais.

**9.15.1.3.2.** Os profissionais indicados deverão **atuar diretamente na execução contratual**. Substituições somente serão admitidas mediante **anuência prévia da Administração**, sendo exigida qualificação equivalente ou superior à do profissional substituído.

**9.12..2.** Será exigida a apresentação de comprovante de inscrição da licitante em entidade representativa da atividade publicitária, vigente na data da entrega da proposta, conforme o art. 3º da Lei nº 4.680/1965 (Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e de Agenciador de Propaganda e dá outras providências), dentre as seguintes:

- Sindicato das Agências de Propaganda – SINAPRO/RJ;

A empresa **TOWDAH COMUNICAÇÃO LTDA** apresentou contrarrazões ao recurso, conforme anexado no evento #2, a legar que precluiu o direito da empresa apresentar eventuais questionamentos ao edital, uma vez que deveria ter feito em momento oportuno, em impugnação ao edital até 3 dias úteis da data de abertura da sessão de julgamento, conforme art. 164 da Lei 14.133/21, bem como alega que o edital previu expressamente a apresentação dos documentos exigidos nas cláusulas 9.15.3 e subitens e na cláusula 9.12.2.

Consta no evento #11 decisão de inabilitação da empresa recorrente, tendo a empresa recorrente descumprido, além da cláusula 9.15.1.3, pois não foi encontrado em seus documentos de habitação contrato com publicitário e jornalista, e cláusula 9.12.2, que exigia a inscrição da licitante em entidade representativa de atividade publicitária, vigente na data da entrega da proposta, a empresa licitante também não cumpriu a cláusula 9.12.8 do Edital, que exigia a assinatura do representante legal da empresa no atestado de atendimento dos índices econômicos previstos na cláusula 9.12.7.



É o breve relato.

#### **CONCLUSÃO:**

Entendo que a empresa recorrente não cumpriu as cláusulas ns. 9.12.8, 9.12.2 e 9.15.1.3, conforme asseverado pela comissão de Licitação em análise de seus documentos de habilitação, tendo a mesma inabilitado a recorrente.

Deve-se salientar que os licitantes estão submetidos às regras do edital, com bem colocado pela empresa que apresentou contrarrazões ao recurso, sob o pálio do princípio da vinculação ao edital que deve ser observado na aplicação da Lei 14.133/21, nos termos de seu art. 5º:

***Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).***

Ademais, em seu recurso, não apresentou a empresa recorrente nenhum documento que pudesse substituir os exigidos no edital, em nome do princípio do formalismo moderado, e deve-se asseverar que os contratos de trabalho ou contratos civis de seus profissionais publicitário e jornalista não são meras exigência burocráticas, mas prova da relação jurídica do profissional com a empresa para a sua atuação em nome da mesma, bem como o documento de demonstre a sua filiação a sindicato representativo, a demonstrar a sua plena atuação no mercado.

**Diante do exposto, opino pelo indeferimento do recurso apresentado pela empresa AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA.**

À Divisão de Licitação para providências, salientando que a Comissão de contratação é soberana na tomada de suas decisões, nos termos do art. 6º, L da lei 14.133/21.

Em 3 de julho de 2025.

**VICTOR HUGO LAGRECA CASAMASSO**  
**Advogado do Município**  
**OAB/RJ 88801 – Mat. 1481**





**MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO**

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

9584936D954F4C5A81B70660D38C87F8

**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/9584936D954F4C5A81B70660D38C87F8>